

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de áudio/gravação de comentários para o evento 20º Dança Bagé, nos dias 01 a 04 de agosto de 2024.

1.2. Tabela de Itens:

Item	Descrição	Ref	Quantidade	Valor Uni	Total
1	Serão necessários os seguintes equipamentos: Mesa de som digital com interface para 8 canais e gravação de backup multipista de 8 canais. - 07 microfones de mesa com chave seletora - Computador com suporte para interface e software multi-pista - No break - Para envio dos arquivos é necessário um ponto de internet mínimo de 10 mbps upload dedicado, sob responsabilidade do locador: - Contratação - Instalação - Funcionamento. 01 Operador	Diária	05	R\$ 2.090,00	R\$ 10.450,00
TOTAL:					R\$ 10.450,00

1.3. O bem é considerado “comum” pois enquadra-se na classificação nos termos do art. 2º, do Decreto Municipal 104, de 23 de março de 2023.

1.4. O objeto será dividido em 01 item, sendo o critério de adjudicação o menor preço por item.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.450,00 (Dez mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. MOTIVAÇÃO

2.1. A transcrição de áudio para capturar, gravar e editar os pareceres avaliativos em áudio dos grupos de dança no evento "20º Dança Bagé" é fundamental para garantir a transparência do processo de avaliação. Ao gravar os comentários dos jurados, proporcionamos um registro claro e detalhado das avaliações, evitando qualquer ambiguidade ou falta de clareza. Isso permite que os participantes tenham acesso direto às bases sobre as quais as decisões são tomadas, promovendo assim a equidade e a confiança no evento.

2.2. Além disso, a transcrição facilita o acesso aos dados avaliativos, tanto para os organizadores do evento quanto para os próprios participantes. Com as transcrições disponíveis, é mais fácil revisar e analisar as avaliações, identificar áreas de melhoria e fornecer feedback construtivo aos grupos de dança. Esse processo contribui não apenas para a transparência, mas também para o aprimoramento contínuo das performances e para o desenvolvimento das habilidades dos participantes.

2.3. Por fim, as transcrições servem como um valioso recurso de referência para futuras edições do evento. Ao manter um histórico detalhado das avaliações, podemos garantir consistência e continuidade no processo de avaliação ao longo do tempo. Isso ajuda a preservar a integridade do evento e a fornecer uma base sólida para aprimoramentos futuros, promovendo assim sua longevidade e relevância no cenário da dança.

3. METODOLOGIA DA EXECUÇÃO

3.1. Para executar a transcrição de áudio dos pareceres avaliativos no evento "20º Dança Bagé", a metodologia envolve a gravação de comentários durante as performances dos grupos de dança, seguida pela

edição inicial dos pareceres em áudio. Após uma revisão minuciosa e reedição caso necessário, garantindo a precisão e clareza, a gravação é entregue aos organizadores do evento para disponibilização aos participantes. Essa abordagem garante a captura precisa e transparente das avaliações, promovendo a equidade e confiabilidade do processo de avaliação.

4. PRAZO:

4.1 O prazo da vigência desta contratação é de 06 (seis) meses a contar da data da publicação.

4.2 O prazo de execução de 5 dias de evento, totalizando a execução do contrato.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (03) dias de antecedência do evento para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.3. Caso a licitante não forneça o serviço no prazo estabelecido no Termo de Referência será aplicada as sanções previstas neste edital.

6.4. Os materiais descritos neste Termo de Referência deverão ser entregues a Contratante, com toda documentação de suporte necessária (manuais e certificados de garantia), quando for o caso.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de fornecimento de pronta entrega.

8. RECURSOS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva Nota Fiscal, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestado pelo fiscal responsável da Secretaria de Cultura de Bagé.

8.2. O valor da Nota Fiscal deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, condição única para a liberação do respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da Nota Fiscal.

8.3. As despesas decorrentes do contrato correrão por conta do orçamento 2024 da dotação orçamentária: Reduzido 44596.

Proj./Atividade: 1019 REALIZAÇÃO DO DANÇA BAGÉ

3.3.3.9.0.39.00.00.00: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

Recurso: 1500 - 0001 Recursos não Vinculados de Impostos

8.4. O valor da Nota Fiscal deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, condição única para a liberação do respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da Nota Fiscal.

8.5. Os pagamentos serão efetuados após apresentação da nota fiscal emitida pela CONTRATADA, depois de verificada a conformidade dos produtos, pelo Almoxarifado Central, com a descrição editalícia, em até 30 (trinta) dias após a protocolização da nota fiscal eletrônica no setor financeiro.

8.6. A empresa deverá apresentar as notas fiscais de acordo com cada empenho recebido, a fim de que possamos efetuar os pagamentos de acordo com os recursos correspondentes.

8.7. Para a realização do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal emitida sem rasura, em letra legível, o nome do Banco, número de conta bancária e agência.

9.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de suas propostas;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Zelar pela boa utilização do material durante o evento, evitando danos a terceiros;
- 10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da locação no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;
- 10.6. Os pagamentos serão efetuados após apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado, em até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal no setor financeiro.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A responsabilidade da qualidade do serviço fornecido, é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;
- 11.2. A empresa contratada deve permitir o livre acesso dos servidores do CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;
- 11.3. A contratada deve estar em dia com as obrigações trabalhistas referenciadas na legislação;
- 11.4. A contratada deverá prever equipamentos reservas, que deverão possibilitar a substituição imediata, além de um No-Break, com o intuito de não haver atrasos na programação do evento;
- 11.5. A CONTRATADA deve possuir capacidade técnica, profissional e operacional, para desempenhar as funções desejadas.
- 11.6. A contratada é responsável por quaisquer danos causados a terceiros durante a prestação de serviços. Isso inclui a responsabilidade por negligência ou conduta inadequada por parte de seus funcionários.
- 11.7. A contratada deverá manter operador capacitado durante todo tempo do evento.
- 11.8. Os funcionários da contratada devem agir com profissionalismo e cortesia em todos os momentos. Isso inclui a comunicação clara e respeitosa com os participantes, colegas de trabalho e o público em geral, bem como o uso adequado de uniformes com a devida identificação.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.
- 12.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.
- 12.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Contratação Direta.

13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 13.1. A locação se dará por dispensa de licitação, visto o valor dentro do PCA em análise aos argumentos constantes no ETP elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, considerando que o serviço de locação, instalação e operação de painéis de LED é um serviço comum de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para o 20º Dança Bagé, segundo art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DA FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelos respectivos substitutos;

14.1. O fiscal dos serviços passa a ser o gestor do contrato, formalmente designado pela Administração, e comprovadamente habilitado para gerenciar o contrato, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

14.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem conferem à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

14.3. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob pena da aplicação das medidas legais cabíveis;

14.4. Atividades sugeridas aos fiscais do contrato, conforme na Lei Federal nº 14.133/2021:

a) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

c) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1. Atestado de capacidade técnica: Contendo as habilidades, conhecimentos e experiências relevantes que demonstram a capacidade da empresa em fornecer o serviço de áudio/gravação de comentários com todas as capacidades que preencham todos os requisitos e em pleno funcionamento;

16. SANÇÕES

16.1. Em caso de inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Contratante, a contratada ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório, desde já fica o Foro da Comarca de Bagé/RS eleito para dirimir qualquer pendência judicial.